

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 144/2002 de 8 de Agosto

Considerando as carências habitacionais de muitos agregados familiares residentes na freguesia de Água de Pau, concelho de Lagoa, as quais têm-se vindo a agravar não só pelas dificuldades de aquisição de habitações como pela falta de terrenos destinados a novas construções;

Considerando a existência de um prédio rústico, sito na Freguesia de Água de Pau, propriedade de Eduardo Âmbor Correia e esposa Elisa Manuel Tavares Carreiro Âmbor Correia, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa, sob o n.º 00405/Água de Pau, inscrito na respectiva matriz no artigo 79, Secção V, o qual reúne as necessárias condições para a implantação de um loteamento urbano destinado à habitação;

Considerando a impossibilidade de se chegar a acordo com os proprietários do prédio em questão quanto ao valor de aquisição;

Considerando a necessidade urgente e imperiosa de minimizar o grave problema habitacional que afecta a referida freguesia.

Considerando que os factos acima descritos constituem fundamento bastante para que o referido prédio seja declarado de utilidade pública urgente;

Considerando, finalmente, que a previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação é de 37 509, 60 €, conforme avaliação oportunamente efectuada.

Assim, nos termos das alíneas z) e bb) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e ao abrigo dos artigos 10.º, 11.º, 13.º, 15.º, 19.º e 90.º do Código das Expropriações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, o Governo Regional resolve o seguinte:

Declarar a utilidade pública urgente do prédio rústico, com a área de 3.760 m², inscrito na respectiva matriz predial no artigo 79, secção V, da freguesia de Água de Pau, concelho de Lagoa, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 00405/Água de Pau, pertencente a Eduardo Âmbor Correia e esposa Elisa Manuel Tavares Carreiro Âmbor Correia, necessário à implantação de um loteamento urbano destinado à habitação.

Autorizar a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, a tomar posse administrativa do prédio em causa, já que tal acto se considera indispensável à imediata execução da obra.

Delegar no Director Regional da Habitação, com autorização para subdelegar, os poderes necessários para, em nome e representação da Região Autónoma dos Açores, intervir no processo de expropriação.

A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Povoação, 21 de Julho de 2002.- O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.